



## **A FORMAÇÃO DA REDE URBANA DA MICRORREGIÃO CERES/ GO E O ORDENAMENTO TERRITORIAL PELA DINÂMICA SUCROENERGÉTICA**

## **LA FORMACIÓN DE LA RED URBANA EN LA REGIÓN CERES / GO Y LA ORDENACIÓN DEL TERRITORIO POR LA DINÁMICA DE LA CAÑA DE AZÚCAR**

**Lara Cristine Gomes Ferreira**  
Universidade de Brasília – UnB  
e-mail: <[laracristineufg@yahoo.com.br](mailto:laracristineufg@yahoo.com.br)>

**Fernando Luiz Araújo Sobrinho**  
Universidade de Brasília – UnB  
e-mail: <[flasobrinho@gmail.com](mailto:flasobrinho@gmail.com)>

### **Resumo**

A formação territorial e da rede urbana da microrregião Ceres, Goiás, esteve diretamente relacionada à política das Colônias Agrícolas Nacionais, dentro da Marcha para o Oeste, na década de 1940. Nesse contexto, foram doados vários lotes com sementes e insumos, a fim de estimular a ocupação das terras do centro brasileiro. Ceres foi à primeira, de oito Colônias Agrícolas implantadas no Brasil. Com o passar dos anos, essa região, que teve sua formação territorial ligada à produção familiar, passou por alguns estímulos (políticas e programas) para a expansão da monocultura canavieira e implantação de destilarias/usinas de açúcar e álcool. Atualmente são sete usinas implantadas e em funcionamento na região. Essa realidade contribuiu para a evolução da rede urbana regional, que hoje é bastante dependente da dinâmica sucroenergética. Ressalta-se que, mesmo a microrregião Ceres sendo baseada fortemente num único segmento do agronegócio, o canavieiro, a rede urbana e regional têm necessidade de interconexão com outros centros locais e regionais para escoamento da produção, parcerias público-privadas e, sobretudo, para as atividades financeiras do setor.

**Palavras-chave:** Rede Urbana, Setor Sucroenergético, Ordenamento Territorial, Microrregião Ceres, Goiás.

## Resumen

La formación territorial y la red urbana de la región Ceres, Goiás, estuvo directamente relacionada con la política de la Colonia Agrícola Nacional, dentro de la “Marcha para Oeste” en la década de 1940. En este contexto, se donaron varias parcelas de tierras con semillas e insumos con el fin de estimular la ocupación del centro de Brasil. Ceres fue la primera de las ocho colonias agrícolas establecidas en Brasil. Con los años, esta región, que tuvo su formación territorial relacionada con la producción familiar, se sometió a algunos estímulos (políticas y programas) para la expansión del monocultivo de la caña y la aplicación de las destilerías / plantas industriales de azúcar y alcohol. Actualmente hay siete plantas desplegadas y en funcionamiento en la región. Esta realidad ha contribuido a la evolución de la red urbana y regional, que hoy depende en gran medida de la dinámica de la caña de azúcar. Es de destacar que incluso la región Ceres se basa en gran medida de un solo segmento de la agroindustria, caña de azúcar, la red urbana y regional necesita interconectar con otros centros locales y regionales para el flujo de producción, las asociaciones público-privadas y, sobre todo, a las actividades financieras del sector.

**Palabras clave:** Red Urbana, Sector de caña de azúcar, Ordenación del Territorio, Región Ceres, Goiás.

## INTRODUÇÃO

O estado de Goiás é subdividido em cinco mesorregiões: Norte, Sul, Leste, Noroeste e Centro, que por sua vez são subdivididas em 18 microrregiões, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A mesorregião Centro Goiano é formada pelas microrregiões Ceres, Anápolis, Goiânia, Anicuns e Iporá e é marcada historicamente pela construção das Capitais Goiânia e Brasília, pela densidade populacional e pela fragmentação dos municípios.

A microrregião Ceres, leva o nome do município de Ceres, criado no contexto do Projeto das Colônias Agrícolas Nacionais (CANG), durante a década de 1940, cujo objetivo principal foi o de atrair agricultores de todas as partes do Brasil para ocupar o interior do país, baseado na doação de lotes e terras para moradia e produção agrícola familiar. Contudo, a partir da década de 1970, com a influência do Proálcool algumas destilarias foram implantadas na região, alterando a estrutura de produção.

É importante ressaltar que a produção canavieira passou ao longo do tempo por alguns contextos importantes de expansão no Brasil. Podem-se destacar o Proálcool, em meados da década de 1970, e a busca por combustíveis alternativos à gasolina, que culminou com o crescimento do uso de biocombustíveis (como o etanol e o biodiesel), em meados da

A formação da rede urbana da microrregião Ceres/ GO e o ordenamento territorial pela dinâmica sucroenergética década de 2000. Nesse último contexto, o estado de Goiás destacou-se, tanto na produção de cana-de-açúcar, quanto na implantação de empreendimentos sucroenergéticos e/ou previsão de implantação.

Para se compreender a dinâmica e os efeitos da atividade sucroenergética na microrregião Ceres é preciso verificar sua influência na rede urbana regional. Entende-se que as agroindústrias canavieiras e a rede estabelecida, funcionam como elementos importantes para o ordenamento territorial e contribuem para sua reconfiguração socioespacial, bem como para mudanças nos papéis desempenhados pelos centros urbanos em rede e também na relação campo cidade.

A partir da década de 1970, por meio da política de modernização agropecuária viabilizada pela política de integração nacional, a agricultura do estado de Goiás passou por transformações significativas, com o objetivo de estreitar as relações entre o setor agrícola e o urbano-industrial (FERREIRA; MENDES, 2009). São as transformações ocorridas a partir do processo de modernização agrícola que estão mais latentes na paisagem, podem-se citar: as relações de trabalho estabelecidas (e as várias especializações), as técnicas e tecnologias disponíveis (implementos e maquinários), os fixos e as redes estabelecidas pelos complexos agroindustriais, dentre outros.

Assim, nesse artigo, propõe-se compreender como a dinâmica sucroenergética, por meio de um “ordenamento territorial da cana”, pode ter influenciado uma “nova” configuração socioespacial. Busca-se também compreender como se comporta a rede de cidades da microrregião Ceres e como a atividade sucroenergética pode influenciar na reconfiguração da rede urbana.

Parte-se da afirmação de Egler (2011), o qual entende que o estágio de desenvolvimento da rede urbana revela os níveis de integração produtiva e financeira entre as regiões em âmbito nacional e até internacional. Assim, procurar-se-á entender, por meio da análise da evolução da rede urbana da microrregião Ceres, bem como de dados socioeconômicos e financeiros, a realidade da rede urbana regional; as desigualdades entre os municípios, frente à disponibilidade de serviços financeiros e renda, além de discutir sobre as fragilidades encontradas, fruto do desenvolvimento marginal relacionado ao agronegócio sucroenergético nessa região.

Para tanto, em síntese, foram realizadas as seguintes etapas metodológicas: revisão bibliográfica, levantamentos de dados estatísticos relacionados à temática da pesquisa,

A formação da rede urbana da microrregião Ceres/ GO e o ordenamento territorial pela dinâmica sucroenergética espacialização dos dados por meio de mapas (utilizando o *software* Arc gis), tabulações e análises dos resultados.

Faz-se importante destacar que o “ordenamento territorial da cana” acaba por dinamizar algumas cidades, principalmente as cidades que sediam usinas, por meio da geração de empregos, atração de prestadoras de serviços e renda. Contudo, os empregos são sazonais, devido aos períodos de safra e entressafra das usinas, as prestadoras de serviços são concentradas e, na maioria das vezes, localizadas em cidades voltadas aos serviços e não ao agronegócio; e a renda é extremamente concentrada em pequena parcela da população. Assim, é perceptível a relação dialética estabelecida na região: simultaneamente a uma dinamização socioeconômica, há também o reforço da desigualdade entre os municípios pertencentes à região, o que gera um pseudo desenvolvimento regional.

### **A Rede Urbana Goiana e o Ordenamento Territorial – Alguns apontamentos**

A estruturação da rede urbana do que hoje corresponde à microrregião Ceres é recente, contudo cabe destacar que o processo de interiorização e construção de uma rede urbana pretérita em Goiás é bem anterior e remonta o período imperial no Brasil. Segundo Ferreira e Mendes (2009), um período de decadência econômica em Minas Gerais e no nordeste brasileiro, fomentou deslocamentos para o centro oeste brasileiro contribuindo para a ampliação do sistema econômico agrícola, pecuarista e comercial, desde o começo do século XIX.

Ainda segundo Ferreira e Mendes (2009), os primeiros núcleos populacionais de Goiás foram constituídos por duas frentes colonizadoras, uma pelo sul, por meio dos bandeirantes paulistas que atravessaram o Rio Paranaíba e outra pelo norte, formada pelos migrantes da Bahia, Pará e Maranhão, que vieram pelo vale do Rio Tocantins. É importante mencionar a importância dos rios para os primeiros povoamentos no centro do país, anterior a abertura de estradas, eram nas proximidades dos rios que os povoados se constituíam (isso ainda é perceptível em algumas cidades do estado de Goiás, como característica marcante da rede urbana pretérita).

Até o início do século XX, após o período aurífero, a província de Goiás passou a apresentar um forte caráter pecuarista e já apresentava uma estrutura fundiária extremamente concentrada. A difícil fiscalização das terras e dos documentos, somado ao coronelismo



Para a região de Ceres as principais políticas e programas que contribuíram, sobretudo, para a configuração da rede urbana foram realizadas durante os anos 1940 e 1970. A década de 1940, com a “Marcha para o Oeste” e a Política das Colônias Agrícolas Nacionais foram, de fato, o princípio para a ocupação do centro brasileiro e da região estudada. O município de Ceres, porção principal que abrigou a CANG nos anos 1940, recebeu investimentos na área de saúde e educação que até os dias atuais o configuram como principal centralidade vinculada à prestação de serviços.

A década de 1950, com a emancipação do município de Ceres e o fim da CANG, bem como com o início da construção da BR 153, foi um contexto fundamental para a fragmentação territorial e conseqüente conformação da rede urbana regional. A construção de Goiânia e de Brasília, bem como as transferências da Capital do estado de Goiás, na década de 1930, e da Capital Federal na década de 1960, além do conjunto de Programas Federais voltados à modernização da agricultura, na década de 1970, com o objetivo de “desenvolvimento” do Cerrado foram responsáveis por um contexto de grande ocupação do Centro Oeste brasileiro e expansão da fronteira agrícola, além da criação do Proálcool, que foi responsável pela expansão das lavouras de cana-de-açúcar pelo Brasil e implantação de destilarias para a produção de álcool combustível, no contexto da crise mundial do petróleo.

As ações do Estado, com ou sem parcerias com o capital privado (ou no caso estudado, com a lógica do agronegócio sucroenergético), são fundamentais para o ordenamento do território. A escolha de onde seria implantada a primeira Colônia Agrícola Nacional, no centro do Brasil, onde hoje é o município de Ceres, não foi aleatória, bem como a construção de uma rodovia que ligasse o país de norte a sul e os altos investimentos em técnicas e tecnologias agrícolas, no contexto da modernização da agricultura.

Todas essas ações foram responsáveis por direcionar a migração interna e conseqüente ocupação dos “vazios demográficos” de um país com dimensões continentais como o Brasil, além de expandir a fronteira agrícola para o centro-oeste brasileiro, criando novos municípios em áreas de ocupação rarefeita, até então.

Segundo Martins (2014) a ocupação do “Oeste” brasileiro, acelerado pelo regime militar, tinha objetivos econômicos, mas, sobretudo geopolíticos. Falava-se muito em “vazios demográficos”, contudo a região já estava ocupada por diversos grupos indígenas, além de uma população camponesa (com economia baseada na subsistência), mesmo que ainda dispersa, desde o século XVIII pelo menos.

No Brasil, o Estado acaba sendo o principal agente de planejamento do território e, conseqüentemente, de como acontecerá seu ordenamento ou organização espacial. Cada vez mais o Estado se associa a grandes empresas e tende a se apoderar de funções, atributos e prerrogativas da sociedade urbana, retirando dela poder político, desvalorizando-a. Segundo Marques (2002), a cidade é transformada em meio, dispositivo material a serviço da organização da produção, do controle da vida cotidiana e da programação do consumo.

Em termos genéricos a rede urbana constitui-se como um conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si, sendo um produto social cujo principal papel é o de garantir a existência da sociedade articulada numa dada porção do espaço e sua reprodução (CORRÊA, 2005). Dessa forma, o espaço urbano é fragmentado e articulado, decorrentes dos agentes modeladores que produzem e consomem o espaço urbano.

De modo geral, os estudos de rede urbana no Brasil são muito recentes e se intensificaram com o processo de urbanização nacional, principalmente após os anos 1970. Como o Brasil não possuía Universidades até o início do século XX e para tentar compreender os desafios do desenvolvimento urbano-industrial, o Estado brasileiro apoiou a vinda de pesquisadores estrangeiros ao Brasil, para auxiliar na construção de um ambiente acadêmico e de pesquisa.

Podem-se destacar Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig, nos anos 1930, e Jean Tricart e Michel Rochefort, nos anos 1950 (EGLER, *et al*, 2011). Esses pesquisadores contribuíram para a construção da Universidade do Estado de São Paulo e da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, além de contribuir sobremaneira para a criação do atual Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Outro autor bastante utilizado para entender a rede urbana brasileira (e ainda hoje o é) foi Walter Christaller, que realizou a Teoria das Localidades Centrais, um estudo baseado no sul da Alemanha, na década de 1930.

Segundo a Teoria das Localidades Centrais de Christaller, existem princípios gerais que regulam o número, distribuição e o tamanho dos povoamentos. Há núcleos semi rurais, pequenos, médios e grandes núcleos urbanos, que são considerados localidades centrais. Todos esses possuem funções centrais para uma população externa, residente na hinterlândia (região de influência). A centralidade de determinado núcleo está diretamente relacionado ao grau de importância que desempenha a partir de suas funções centrais, como: maior região de influência, maior população atendida pela localidade central, funções mais complexas, entre outras (CORRÊA, 1994).

Dentro da teoria de Christaller, ainda pode ser destacado os conceitos de alcance espacial máximo, que corresponde à área determinada por um raio a partir da localidade central; e alcance espacial mínimo, que compreende a área que engloba um número mínimo de consumidores, assim, por meio do alcance espacial máximo e mínimo pode-se verificar uma diferenciação da oferta de bens e serviços.

Essa teoria embasou vários estudos brasileiros e até hoje é considerada como base para o entendimento das redes urbanas, contudo é importante salientar que essa teoria foi realizada para uma realidade europeia da década de 1930. Considera-se, portanto, sua importância para os estudos de redes, fluxos, centralidades, mas se entende a importância de adaptação à realidade brasileira, por seu contexto de formação, (re) produção e complexidade, distintos da realidade alemã do início do século XX.

O IBGE tem um papel fundamental nos estudos relacionados à rede urbana brasileira, são várias pesquisas e estudos que demonstram a velocidade e a instabilidade da configuração da rede urbana do Brasil, além dos fluxos migratórios muito relacionados às frentes pioneiras que se instalaram no Brasil ao longo do tempo. Destaca-se o estudo “Região de Influência das Cidades” – REGIC, que buscou analisar as centralidades, os fluxos e as transformações registradas na rede urbana brasileira ao longo dos anos (foram realizados três estudos do REGIC em 1978, 1993 e 2007, mas publicados nos anos 1987, 2000 e 2008, respectivamente).

Diante do breve exposto, entende-se que os principais agentes, que acabam por modelar e reconfigurar o espaço geográfico, acabam por realizar um ordenamento do território, sobretudo em tempos de complexa estrutura capitalista. Tanto o Estado, por meio das políticas e programas, quanto às indústrias, grandes empresas e corporações acabam ordenando o território e fomentando a reconfiguração da rede urbana de acordo com os variados interesses.

No Brasil, por exemplo, é comum observar o deslocamento da fronteira agrícola para determinada região (estrategicamente pensada) e o conseqüente deslocamento da pecuária para outros estados e regiões, bem como a substituição de lavouras de alimentos por *commodities*, entre outros. Isso tem acontecido no Brasil, onde tem ocorrido uma intensa expansão das monoculturas agrícolas, sobretudo as lavouras de grãos e cana-de-açúcar, para o Centro-Oeste brasileiro, e tem-se empurrado as grandes pastagens pecuaristas para a região norte do Brasil, incluindo áreas da Amazônia Legal.

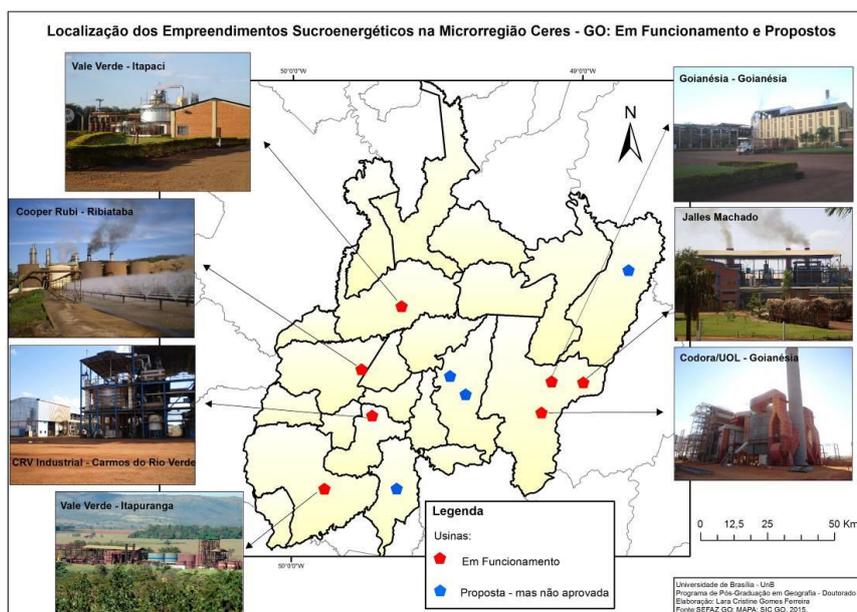
Assim, para Silva (2007), o ordenamento territorial é uma forma singular de uso do território que apresenta um arranjo de objetos naturais, sociais e culturais historicamente estabelecidos. Esse autor entende as transformações e os conflitos como inerentes ao ordenamento territorial e, que por isso, deve-se pensá-lo para além de um arranjo espacial, pois como se trata de um sistema aberto, revela um movimento dialético das contradições do modelo de reprodução do capital na sociedade moderna.

Segundo Freitas *et al* (2014), na atual ordem internacional de liberalização dos mercados, o “ordenamento territorial do Estado” é progressivamente substituído pelo “ordenamento territorial do mercado”, ou seja, a organização espacial tende a favorecer cada vez mais os atores corporativos em detrimento da coletividade. Para os autores, cada vez mais “é produzido aquilo que é lucrativo para as empresas nos mercados e não o que permite garantir a soberania alimentar local e regional, pelo menos nos países semi-periféricos do sistema internacional” (FREITAS *et al*, 2014, p. 3).

Concorda-se com a ideia trazida por esses autores, contudo acredita-se que o Estado e o mercado não são tão dissociados, no sentido de haver uma substituição do ordenamento territorial do Estado pelo do mercado, tampouco ingênuos no sentido de serem forças antagônicas nesse processo. Acredita-se que cada vez mais haja um diálogo entre Estado e mercado, sendo duas forças convergentes e atuantes para o ordenamento territorial. Os empreendimentos sucroenergéticos, por exemplo, tem lugar certo para serem implantados e isso com o aval do Estado, que por meio de políticas de fomento atraem as agroindústrias.

Verifica-se que na microrregião Ceres, o Estado e o agronegócio canavieiro são os grandes responsáveis pelo ordenamento territorial atual (são sete empreendimentos sucroenergéticos em funcionamento, como pode ser verificado na figura 2). O Estado por meio, tanto do Governo Federal, como do Governo do estado de Goiás, garante subsídios para a territorialização das agroindústrias canavieiras, exemplo disso foi à aprovação do financiamento, via Fomentar ou Produzir (Programas de Fomento do Governo Estadual), das usinas implantadas e propostas na microrregião.

**Figura 2 - Empreendimentos sucroenergéticos na microrregião Ceres – GO**



Fonte: SIC GO, 2013. Elaboração: Lara Cristine Gomes Ferreira.

Cada vez mais se abre à discussão de que as grandes empresas e corporações são as principais financiadoras de campanhas políticas no Brasil. Assim, além de se discutir que o Estado atrai e financia as agroindústrias, devido à dinamização urbana e regional e atração de mão de obra direta e indireta para a região envolvida, deve-se atentar para as manobras financeiras e geopolíticas que estão por trás das ações, programas e cooperações.

### A “Nova” Configuração Socioespacial pela Dinâmica Sucroenergética na Microrregião Ceres

A configuração socioespacial da microrregião Ceres passou ao longo do tempo por contextos importantes e esteve vinculada, principalmente a atividades agropecuaristas. Antes da CANG a região tinha uma essência pecuarista, que sofreu algumas alterações com a CANG e trouxe uma série de migrantes em busca de terras para uma agricultura de base familiar. Com o passar dos anos e com os investimentos federais voltados para a modernização da agricultura, infraestrutura viária e, sobretudo com o Proálcool, em meados dos anos 1970, a microrregião Ceres iniciou um processo de reconfiguração socioespacial, por meio da implantação das primeiras destilarias na região, conforme já abordado.

A partir da década de 1970 até o momento atual, a atividade canavieira passou a ser um elemento importante para a dinâmica socioeconômica da região. Atualmente são sete empreendimentos sucroenergéticos em funcionamento na microrregião Ceres, mas alguns foram fechados, tiveram a licença funcionamento cassada e depois foram reabertos, durante esse tempo. Essa dinâmica trouxe repercussões na estrutura urbana e regional, além de elementos “novos” e outros “velhos” para a microrregião Ceres que colaboram com a realização da dinâmica sucroenergética na região e simultaneamente acabam por reforçar a “nova” configuração socioespacial estabelecida pela atividade canavieira.

É importante ressaltar que como a microrregião Ceres tem uma rede urbana pretérita baseada em pequenas cidades e atividades agropecuaristas e atualmente está vinculada a somente um ramo do agronegócio (o sucroenergético), não se percebe nessa região médias ou grandes cidades (população numerosa) ou uma estrutura efervescente do agronegócio, com relevante comércio de máquinas agrícolas, tratores, fertilizantes químicos ou centros biotecnológicos. Mas, uma região que possui a dinâmica canavieira como principal atividade, porém que apresenta um desenvolvimento marginal e fragilizado devido a essa especificidade.

Desta forma, como a microrregião Ceres encontra-se relacionada a somente um ramo do agronegócio, não apresenta prestadoras de serviços e comércios altamente modernos e especializados, quando necessitam de alguma atividade mais complexa ou da aquisição de alguma ferramenta mais moderna isso é realizado em outras cidades, como Goiânia e principalmente São Paulo, ficando para a região de Ceres, serviços e comércios mais emergenciais e simples, além da principal marca na paisagem da região: as extensas monoculturas canavieiras (figura 3).

Para entender melhor a configuração da rede urbana da microrregião Ceres, será utilizado o estudo da Região de Influência das Cidades – REGIC, realizado pelo IBGE. As figuras 4, 5 e 6 mostram três momentos dessa pesquisa, o primeiro realizado para o ano 1978 (foi somente publicado em 1987), o segundo para o ano de 1993 (publicado em 2000) e o último realizado em 2007 (publicado em 2008). O REGIC tem como finalidade classificar e hierarquizar as cidades brasileiras segundo seus níveis de centralidade, bem como verificar como são definidas suas ligações espaciais e mapear suas áreas de atuação e mercado (IBGE, 2000).

**Figura 3 - Monocultura canvieira em Carmo do Rio Verde – Microrregião Ceres, Goiás**



Foto: Os autores, 2016.

Primeiramente é importante destacar que a nomenclatura das categorias de cidades foi alterada nos três REGIC's realizados. Para a região analisada, destacamos que no ano de 1978 as categorias variavam entre Metrôpole Regional e municípios subordinados; já em 1993, variavam entre máximo e muito fraco; e, em 2007, entre Metrôpole e centro local. O quadro 1 mostra a correspondência entre as categorias de centros do REGIC para a microrregião Ceres, para os anos de 1978, 1993 e 2007.

**Quadro 1 - Correspondência entre Categorias de Centros do REGIC para a Microrregião Ceres / 1978, 1993 e 2007**

CORRESPONDÊNCIA ENTRE CATEGORIAS DE CENTROS DO REGIC		
REGIC 1978 (1987)	REGIC 1993 (2000)	REGIC 2007 (2008)
Metrôpole Regional	Máximo	Metrôpole
Capital Regional	Forte	-
Centro Sub-regional	Médio	Centro de Zona A
Centro de Zona	Fraco	Centro de Zona B
Municípios Subordinados	Muito fraco	Centro local

Fonte: REGIC (1987; 2000; 2008). Org. Os autores.

Por meio da análise dos três estudos da rede urbana brasileira, realizado pelo IBGE, faz-se possível verificar a evolução da rede urbana da microrregião Ceres. O REGIC de 1978 mostra que a microrregião Ceres possuía uma rede urbana mais simplificada, com a

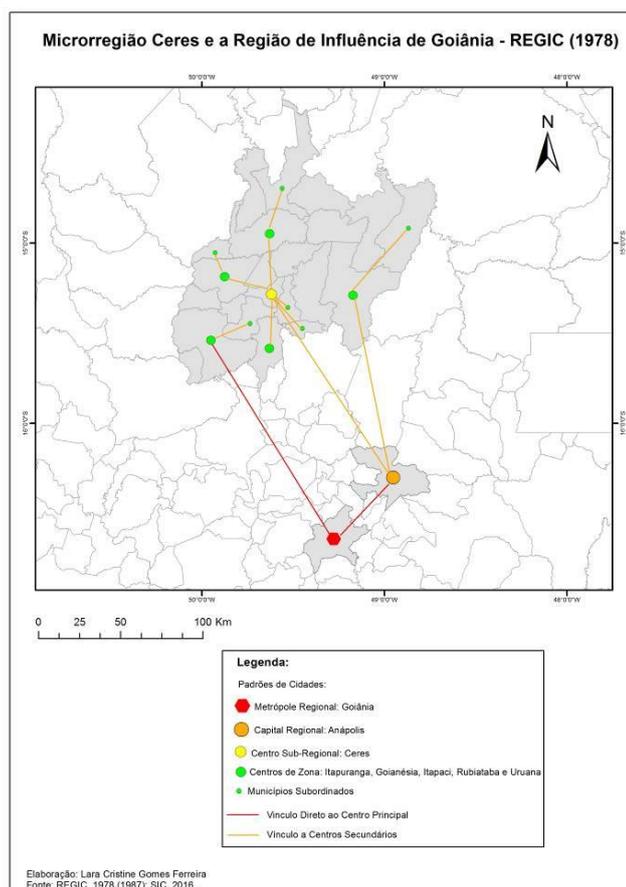
participação de poucos municípios. O município de Ceres já se destacava na região como um centro sub-regional, porém como poucas ligações. O município de Anápolis, que já apresentava uma centralidade importante para o estado de Goiás à época, apresentava-se relevante para as conexões entre a região estudada e Goiânia, pois funcionava como intermediário entre a Metrópole Regional (Goiânia) e o município de Ceres e os centros de zona: Goianésia, Itapuranga, Itapaci, Rubiataba e Uruana. Nesse momento, têm-se somente seis municípios que aparecem como subordinados aos outros centros de maior hierarquia, conforme pode ser visualizado na figura 4.

Já na década de 1990, verifica-se com o REGIC realizado em 1993, que a rede urbana da microrregião Ceres já se apresentava de forma um pouco mais complexa. É possível verificar a consolidação da centralidade do município de Ceres, como um centro sub-regional (médio). O município de Ceres apresenta muitas ligações com municípios de hierarquia inferior na rede, sobretudo com os de categoria “muito fraco”, pois nesse contexto já apresentava importância regional em relação à educação, saúde e prestação de serviços. O município de Goianésia aparece como um centro local (fraco) e além desses, aparecem 13 municípios subordinados (muito fraco) que se conectam a Ceres ou Goianésia na rede.

Verifica-se também que nenhum dos municípios da microrregião de Ceres conectava-se diretamente à Goiânia, que correspondia à centralidade máxima metropolitana, mas ainda possuía uma ligação direta com Anápolis (capital regional), o que demonstrava, ainda na década de 1990, a importância e a centralidade de Anápolis para Goiás e, no caso, para a região estudada (figura 5).

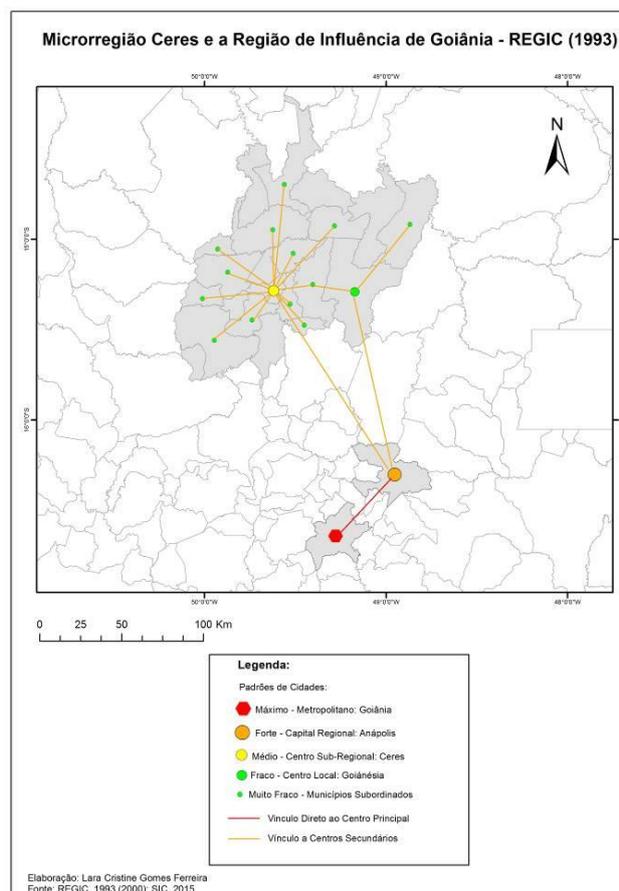
Anápolis aparece como importante nó na rede urbana da microrregião Ceres nas décadas de 1970 e 1990, devido à proximidade física e sua importância em termos de logística, política, prestação de serviços e comércios. Anápolis nesses contextos funcionava como importante nó na rede urbana, sobretudo relacionada ao centro-norte do estado de Goiás. É importante destacar que a cidade de Anápolis ainda possui papel e funções importantíssimas na rede urbana goiana, mas após os anos 2000 percebeu-se que a rede urbana microrregional passou a ser mais articulada e complexa, estabelecendo conexões diretas com a Metrópole.

**A Figura 4 - A microrregião Ceres e a região de influência de Goiânia – REGIC 1978**



Fonte: REGIC, 1978 (1987), SIC, 2016.  
Elaboração: Lara Cristine Gomes Ferreira.

**A Figura 5 - A microrregião Ceres e a região de influência de Goiânia – REGIC 1993**



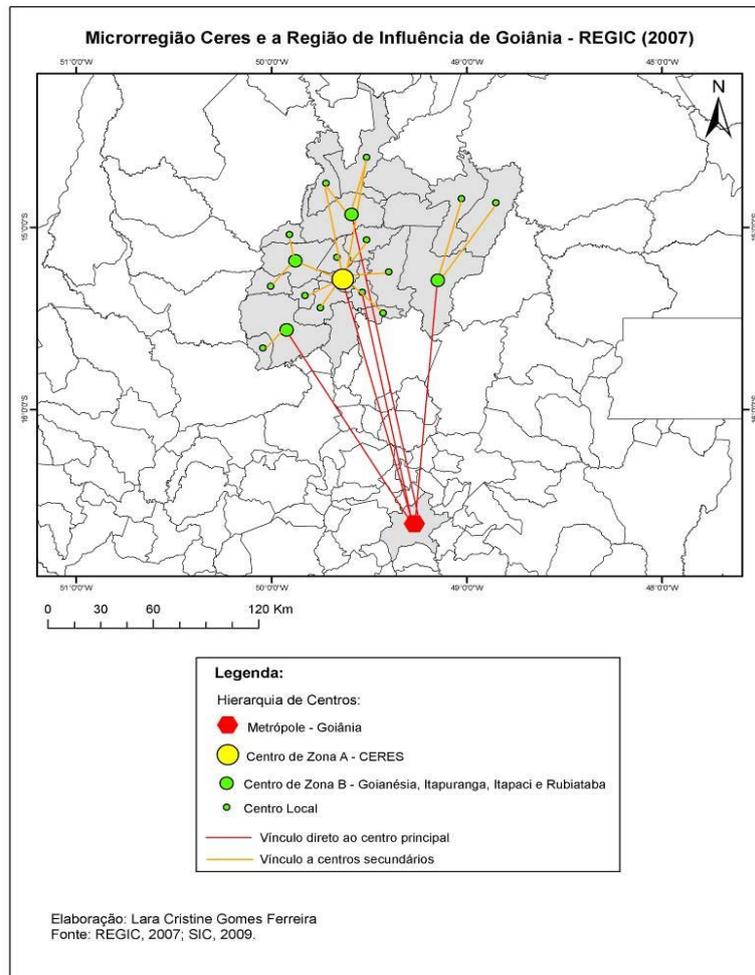
Fonte: REGIC, 1993 (2000), SIC, 2016.  
Elaboração: Lara Cristine Gomes Ferreira.

Com o último REGIC, realizado em 2007, já se percebe nitidamente uma maior complexidade e articulações entre os municípios da microrregião Ceres, além de algumas alterações na rede urbana microrregional. O município de Ceres ainda permanece com principal centralidade da região (centro de zona A), e têm-se quatro cidades que aparecem como centro de zona B: Goiânia, Itapaci, Itapuranga e Rubiataba, que acabam se consolidando com o tempo entre as cidades que receberem mais fluxos dos centros locais, depois de Ceres.

Outra alteração na rede urbana da microrregião Ceres em 2007 é que a própria região conecta-se à metrópole Goiânia, não sendo mais necessário outro centro como Anápolis, para fazer a intermediação. Além de Ceres como principal centro da região e

A formação da rede urbana da microrregião Ceres/ GO e o ordenamento territorial pela dinâmica sucroenergética Goianésia, Rubiataba, Itapaci e Itapuranga como centros menores, há 14 outros centros locais que se conectam ao centro de zona A e aos centros de zona B (figura 6).

**Figura 6 - A microrregião Ceres e a região de influência de Goiânia – REGIC 2007.**



Fonte: REGIC, 1993 (2000), SIC, 2016. Elaboração: Lara Cristine Gomes Ferreira.

Por meio da análise dos REGIC's foi possível observar que a microrregião Ceres não apresenta grandes centralidades para o estado de Goiás, pois são centros menores, em geral municípios de pequeno porte (demograficamente), contudo é importante ressaltar que para a dinâmica microrregional, o papel e a função de municípios como Ceres, Goianésia, Itapaci, Itapuranga e Rubiataba são fundamentais. Como a metodologia do REGIC é baseada, sobretudo, na definição de centros a partir de diferentes equipamentos e serviços na cidade, isso ratifica a idéia de que o município de Ceres funciona como um pólo de serviços na microrregião, assumindo papel importante na dinâmica socioeconômica regional.

Desta forma, mesmo a microrregião Ceres apresentando uma rede urbana mais simplificada em relação a outras regiões goianas e brasileiras, foi possível verificar alterações substanciais entre os REGIC's. Em praticamente 30 anos, a rede urbana da microrregião apresentou aumento de centros locais participantes, além de quatro centros de zona B, que juntos a centralidade principal da região, que é Ceres, auxiliam na interconexão entre os centros locais e a metrópole.

Ampliando um pouco esse debate, faz-se importante destacar que historicamente a constituição da rede urbana brasileira é marcada pela conjugação dos processos de urbanização e de integração do mercado nacional. As causas do processo de urbanização no Brasil já são amplamente conhecidas, como por exemplo, a intensificação da industrialização e o êxodo rural. A microrregião Ceres acompanhou a lógica de urbanização brasileira e a partir dos anos 1970 começou a inverter a dinâmica populacional: a população urbana passou a crescer em detrimento da população rural.

Segundo Soares e Bessa (1999), a partir da década de 1970 tem-se uma nova urbanização, que se caracteriza como uma verdadeira revolução urbana no Brasil, relacionada à generalização do processo de urbanização, pela expansão do meio técnico científico informacional e pela nova divisão territorial do Trabalho, o que tornou o sistema urbano brasileiro mais complexo e diferenciado.

Mesmo tendo pequenas cidades em sua maioria, a microrregião Ceres apresenta população urbana maior que a rural, apesar de existir uma ruralidade<sup>1</sup> muito presente nessa região, mesmo que apresente elementos ligados ao agronegócio canavieiro. Os municípios canavieiros e os municípios que representam as principais centralidades da região, sobretudo pela presença de prestadoras de serviços, comércios, saúde e educação, apresentam-se mais densamente povoados. A tabela 1 mostra a densidade demográfica dos municípios pertencentes à microrregião Ceres.

---

<sup>1</sup> Aqui se entende ruralidade como Villa Verde (2004): um modo de ser rural que se faz presente no campo e na cidade.

**Tabela 1 - Densidade Demográfica da Microrregião Ceres**

<b>DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB/ KM<sup>2</sup>)</b>				
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>
Barro Alto	9,07	5,72	5,04	7,97
<b>Carmo do Rio Verde</b>	<b>22,57</b>	<b>17,42</b>	<b>16,56</b>	<b>21,33</b>
<b>Ceres</b>	<b>107,14</b>	<b>104,02</b>	<b>88,81</b>	<b>96,69</b>
<b>Goianésia</b>	<b>28,13</b>	<b>31,76</b>	<b>34,45</b>	<b>38,49</b>
Guaraíta	-	13,61	13,84	11,57
Guarinos	6,23	4,77	3,7	3,86
Hidrolina	8,58	7,84	7,29	6,94
Ipiranga de Goiás	-	-	11,42	11,79
<b>Itapaci</b>	<b>13,23</b>	<b>14,57</b>	<b>15,56</b>	<b>19,31</b>
<b>Itapuranga</b>	<b>24,44</b>	<b>20,94</b>	<b>19,93</b>	<b>20,47</b>
Morro Agudo de Goiás	8,94	8,81	8,71	8,34
Nova América	9,54	10,31	10,87	10,65
Nova Glória	20,6	21,66	22,44	20,6
Pilar de Goiás	5,34	3,68	2,46	3,06
<b>Rialma</b>	<b>33,14</b>	<b>37,96</b>	<b>41,53</b>	<b>39,2</b>
Rianópolis	26,92	27,39	27,73	28,67
<b>Rubiataba</b>	<b>22,3</b>	<b>24,17</b>	<b>25,55</b>	<b>25,28</b>
Santa Isabel	4,82	4,45	4,18	4,57
Santa Rita do Novo Destino	-	3,16	3,29	3,32
São Luiz do Norte	7,1	6,98	7,12	7,88
Uruana	26,35	26,69	26,95	26,46

Fonte: IBGE / IMB (2015).

Os municípios com maior densidade demográfica são Ceres e Rialma, com 96,69 e 39,2 hab./km<sup>2</sup>, respectivamente. Esses municípios têm sua economia baseada principalmente na prestação de serviços e estão conurbados, sendo separados apenas por uma ponte sobre o Rio das Almas. Os municípios que possuem usinas canavieiras também apresentam uma alta densidade demográfica, muito relacionada ao processo de expropriação do pequeno e médio trabalhador rural, sobretudo para o arrendamento das terras para a produção de cana-de-açúcar. Segundo Elias (2003) em estudo a região de Ribeirão Preto (SP) centenas de pequenos agricultores não resistiram às pressões econômicas e venderam suas terras aos usineiros, abandonando a policultura e propiciando a expansão da monocultura canavieira.

Outra característica relacionada à evolução da rede urbana é a quantidade de agências bancárias. A quantidade de bancos revela a rede de investimentos e a possibilidade

de acesso a créditos para as empresas e agroindústrias implantadas, bem como a integração desse município e região ao mercado nacional. Segundo Matias e Carmo (2012, p. 93),

As redes bancárias correspondem a nós do sistema financeiro e as finanças são um dos motores mais importantes da dinâmica territorial. Fluxos financeiros nacionais - territoriais e internacionais - extraterritoriais articulam diversos pontos (re) configurando escalas de atuação no território a partir de uma lógica político-financeira.

Outra característica relacionada à evolução da rede urbana é a quantidade de agências bancárias. A quantidade de bancos revela a rede de investimentos e a possibilidade de acesso a créditos para as empresas e agroindústrias implantadas, bem como a integração desse município e região ao mercado nacional. Segundo Matias e Carmo (2012, p. 93),

As redes bancárias correspondem a nós do sistema financeiro e as finanças são um dos motores mais importantes da dinâmica territorial. Fluxos financeiros nacionais - territoriais e internacionais - extraterritoriais articulam diversos pontos (re) configurando escalas de atuação no território a partir de uma lógica político-financeira.

Esse dado revela muito a realidade da microrregião Ceres, percebe-se que a região apresenta-se bastante desigual em relação à quantidade de agências bancárias e, conseqüentemente, acesso a créditos diversos e integração financeira. A maioria dos municípios da microrregião (50%) não possui nenhuma agência bancária, sendo os serviços bancários básicos realizados em agências dos correios (pagamentos, depósitos, recebimento de salários, etc.). A tabela 2 mostra a quantidade de agências bancárias disponíveis nos municípios da microrregião Ceres.

Os municípios que possuem empreendimentos sucroenergéticos acabam se destacando na quantidade de agências bancárias (Goianésia, Rubiataba, Itapaci, Itapuranga e Carmo do Rio Verde), elas são fundamentais para pagamentos, investimentos e concessão de créditos mais complexos vinculados a realidade do agronegócio. Quanto mais dinâmica é a cidade ligada ao agronegócio, mais agências existem na cidade, como pode ser verificado no município de Goianésia, que possui 5 agências bancárias e corresponde ao município com maior quantidade de usinas em funcionamento.

**Tabela 2 - Agências bancárias nos municípios da Microrregião Ceres - 2014**

MUNICÍPIO	Agências Bancárias	MUNICÍPIO	Agências Bancárias
Barro Alto	1	Nova América	0
<b>Carmo do Rio Verde</b>	<b>2</b>	Nova Glória	1
<b>Ceres</b>	<b>4</b>	Pilar de Goiás	0
<b>Goianésia</b>	<b>5</b>	Rialma	1
Guaraíta	0	Rianópolis	0
Guarinos	0	<b>Rubiataba</b>	<b>4</b>
Hidrolina	1	Santa Isabel	0
Ipiranga de Goiás	0	Santa Rita do Novo Destino	0
<b>Itapaci</b>	<b>4</b>	São Luiz do Norte	0
<b>Itapuranga</b>	<b>4</b>	São Patrício	0
Morro Agudo de Goiás	0	<b>Uruana</b>	<b>4</b>

Fonte: Instituto Mauro Borges – IMB / Goiás.

O município de Carmo do Rio Verde, dos cinco municípios que possuem usinas, é o que apresenta menor dinamicidade em relação ao agronegócio sucroenergético, e isso é verificado também em relação à quantidade de agências bancárias, apresentando somente duas. É interessante perceber que o município de Barro Alto, que possui uma importante mineradora em funcionamento, a Anglo América (extração de minério de ferro e níquel), possui somente uma agência bancária. Mesmo a atividade mineradora sendo altamente rentável, que faz como que o município de Barro Alto tenha um alto valor de PIB em relação a outros municípios da microrregião, isso não reflete em algumas infraestruturas básicas, como na quantidade de agências bancárias.

Nesse sentido, o agronegócio acaba por estabelecer uma rede financeira mais ampla, extremamente necessária para a realização das redes de comercialização do agronegócio. Desta forma, mesmo a microrregião Ceres sendo vinculada a apenas um segmento do agronegócio, faz-se necessária várias opções de créditos, agências de financiamento, empréstimos, entre outros.

A rede de agências bancárias gera espaços de valores diferenciados dentro do território, o que remete diretamente ao significado de poder, principalmente quando associada à divisão do trabalho que atribui papéis diferenciados na organização do espaço. Assim, grandes corporações aproveitam-se da estrutura de redes para maximizar seus lucros e o poder pode ganhar uma dimensão local ou regional dependendo de suas interações (MATIAS; CARMO, 2012).

Outra forma para aquisição de créditos agrícolas e financiamento que tem crescido muito nos municípios da microrregião Ceres é o SICOOB (figura 7), que corresponde a um sistema financeiro cooperativo. Ele é composto por cooperativas financeiras e empresas de apoio, que em conjunto, oferecem aos associados serviços de conta corrente, crédito, investimento, cartões, previdência, consórcio, seguros, cobrança bancária, aquisição de meios eletrônicos de pagamento, dentre outros<sup>2</sup>.

Outra forma de compreender a rede urbana é observando os dados de Valor Adicionado (V.A) do PIB, neles observam-se os valores adicionados à agropecuária, à indústria e aos serviços, além do valor dos impostos gerados sobre essas rubricas. Por meio da tabela 3 é possível perceber que o valor adicionado à agropecuária é relativamente menos desigual que os valores adicionados à indústria e aos serviços. Isso se justifica pela essência agropecuária da região, que ainda possui áreas relevantes em pecuária, além de ser grande produtor agrícola. Como já mencionado, não só os municípios com usinas implantadas possuem áreas em monocultura de cana, há vários municípios que contribuem para a dinâmica canavieira. Há também na região, outros municípios que se destacam em outras culturas, como é o caso de Uruana, maior produtor de melancia de Goiás.

**Figura 7 - Presença de SICOOB em Carmo do Rio Verde, Goiás**



Foto: Os autores, 2015.

Outra forma de compreender a rede urbana é observando os dados de Valor Adicionado (V.A) do PIB, neles observam-se os valores adicionados à agropecuária, à

<sup>2</sup> Disponível em <http://www.sicoob.com.br>.

indústria e aos serviços, além do valor dos impostos gerados sobre essas rubricas. Por meio da tabela 3 é possível perceber que o valor adicionado à agropecuária é relativamente menos desigual que os valores adicionados à indústria e aos serviços. Isso se justifica pela essência agropecuária da região, que ainda possui áreas relevantes em pecuária, além de ser grande produtor agrícola. Como já mencionado, não só os municípios com usinas implantadas possuem áreas em monocultura de cana, há vários municípios que contribuem para a dinâmica canavieira. Há também na região, outros municípios que se destacam em outras culturas, como é o caso de Uruana, maior produtor de melancia de Goiás.

**Tabela 3 - Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos / 2012**

MUNICÍPIO	Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (R\$ mil) / 2012			
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Impostos
<b>Barro Alto</b>	<b>42.390,80</b>	<b>157.220,49</b>	<b>115.955,91</b>	<b>38.918,50</b>
<b>Carmo do Rio Verde</b>	<b>28.641,49</b>	<b>48.266,76</b>	<b>54.360,44</b>	<b>25.988,20</b>
<b>Ceres</b>	<b>8.596,82</b>	<b>38.905,66</b>	<b>204.256,06</b>	<b>37.504,51</b>
<b>Goianésia</b>	<b>92.080,08</b>	<b>173.941,54</b>	<b>429.886,48</b>	<b>82.371,21</b>
Guaraíta	5.951,63	1.717,86	11.450,57	693,81
Guarinos	8.927,68	1.531,61	10.891,32	1.013,01
Hidrolina	17.095,23	3.655,23	21.160,35	1.815,16
Ipiranga de Goiás	14.550,67	2.151,64	14.279,10	1.232,02
<b>Itapaci</b>	<b>28.256,91</b>	<b>49.709,92</b>	<b>105.026,67</b>	<b>13.943,25</b>
<b>Itapuranga</b>	<b>53.450,26</b>	<b>30.276,00</b>	<b>159.542,02</b>	<b>16.396,87</b>
Morro Agudo de Goiás	7.685,51	1.795,63	12.611,11	1.004,75
Nova América	6.381,79	2.035,26	12.277,29	936,81
Nova Glória	14.735,11	6.725,84	39.868,25	4.167,53
Pilar de Goiás	14.161,65	3.756,73	14.310,23	2.814,36
Rialma	6.602,33	30.123,93	81.278,49	14.505,56
Rianópolis	6.224,06	31.795,44	30.548,11	7.003,12
Rubiataba	24.295,36	55.037,71	122.290,55	17.273,28
Santa Isabel	21.704,96	3.050,36	19.326,62	1.802,88
Santa Rita do Novo Destino	28.300,24	2.316,85	16.276,11	1.529,94
São Luiz do Norte	26.423,66	3.928,30	25.508,30	2.830,67
São Patrício	6.756,14	1.640,56	10.876,12	820,33
<b>Uruana</b>	<b>82.106,11</b>	<b>11.189,85</b>	<b>83.729,49</b>	<b>8.751,66</b>

Fonte: IBGE, 2012. Acesso em dezembro de 2015.

Já os dados de V.A. a indústria e aos serviços revelam uma concentração maior em alguns municípios específicos da microrregião Ceres. Na indústria, destacam-se

A formação da rede urbana da microrregião Ceres/ GO e o ordenamento territorial pela dinâmica sucroenergética principalmente os municípios de Goianésia, que possui três usinas sucroenergéticas em funcionamento, e Barro Alto, com a mineradora Anglo American. Os demais municípios que possuem usinas vêm logo em seguida no *ranking*: Rubiataba, Itapaci e Carmo do Rio Verde. Destaca-se que no ano de 2012, a usina Vale Verde do município de Itapuranga, estava com a licença funcionamento cassada, o que justifica o baixo valor do V.A industrial para esse município no ano analisado.

Para o V.A serviços, observa-se que há uma tendência semelhante ao V.A indústria, já que geralmente há demandas, mesmo que mínimas, por prestação de serviços por parte das indústrias implantadas. Contudo, destaca-se Ceres, que não possui indústrias de grande porte, mas se configura como uma centralidade de serviços na região e, o município de Carmo do Rio Verde, que mesmo possuindo uma usina em funcionamento não se destaca em serviços, a usina supre suas demandas em municípios vizinhos maiores e, sobretudo, em cidades de outros estados. Carmo do Rio Verde é uma cidade pequena, com menos de 10 mil habitantes, que não apresenta grande dinamização com a agroindústria implantada, ela é um dos principais exemplos da microrregião Ceres que reforça a concentração de renda e a desigualdade social fruto da lógica canavieira, além de confirmar o mito do progresso que existe por trás do discurso para atrair os empreendimentos sucroenergéticos.

Segundo Fresca (2010), a rede urbana possibilita reinvestimentos do excedente acumulado em outras atividades produtivas, sejam no campo ou na cidade, visando ampliar a reprodução do capital e novos excedentes sejam gerados. Entretanto, isso não se realiza de forma homogênea, ocorrendo desigualmente em uma rede urbana, que internamente também é diferenciada. Para essa autora,

Esta desigualdade de investimentos privilegia determinados lugares, gerando diferenciações cada vez mais acentuadas; determinados centros urbanos tornam-se capazes de apropriar, por processos, mecanismos e agentes diversos, de valor excedente que circula e criar novos valores, enquanto outros centros urbanos tem menores possibilidades de apropriação do valor excedente, aí permanecendo pequena parcela de mais-valia (FRESCA, 2010, p. 121).

Na rede urbana da microrregião Ceres é perceptível a desigualdade de investimentos e arrecadações, como bem explicitou Fresca (2010). Dos 22 municípios pertencentes à região, geralmente seis deles sempre se destacam em termos financeiros. Mesmo a região possuindo vários municípios produtores de cana-de-açúcar, quando se analisa dados econômicos têm-se os mesmos municípios em evidência na região: Goianésia, Ceres,

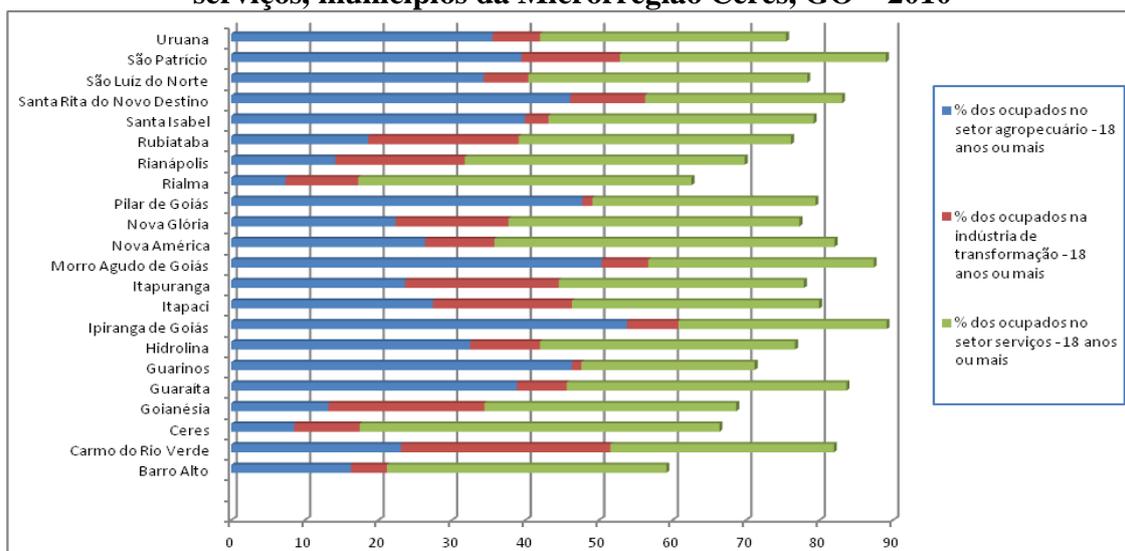
Rialma, Itapaci, Itapuranga, Rubiataba e Carmo do Rio Verde, mas quando se verifica com mais proximidade a possibilidade de apropriação do valor excedente, acredita-se que somente dois municípios estão dentro dessa realidade: Goianésia e Ceres, o primeiro possui três empreendimentos em pleno funcionamento e, o segundo, é a grande referência em termos de serviços, comércio, saúde e educação da região.

Os demais municípios da microrregião podem até apresentar dados financeiros relativamente relevantes, mas não apresentam infraestrutura ampla, prestadoras de serviços ou comércio especializado, nem índices relevantes de desenvolvimento humano, o que evidencia a concentração de renda nas mãos do capital sucroenergético, a diferenciação entre os municípios da microrregião (que é visível na paisagem) e o desenvolvimento marginal fruto do agronegócio da cana.

Em observação ao percentual de ocupados na microrregião Ceres, por setores da economia (pessoas com 18 anos ou mais), tem-se que a maioria dos empregos gerados na região estão relacionados ao setor agropecuário e serviços, respectivamente (figura 8). Mesmo a região tendo sete agroindústrias canavieiras em funcionamento, elas não empregam muito no setor industrial. Como o processamento industrial é muito informatizado, são necessárias poucas pessoas para o controle das máquinas, nos laboratórios bioquímicos e na parte administrativa da usina, ficando para a área agrícola a maioria das vagas de emprego, nas áreas de plantio, irrigação, tratoristas e, principalmente na colheita da cana, seja ela manual ou mecanizada.

Ressalta-se que há geração de empregos, sobretudo para o setor agrícola nas usinas canavieiras, porém a maioria desses empregos é somente para o período da safra nas usinas (março a outubro), sendo que durante o período da entressafra (novembro a fevereiro) muitos trabalhadores perdem seus empregos, pois a usina fica cerca de quatro meses sem colheita e produção de etanol e açúcar. Infere-se então que a maioria dos empregos gerados está diretamente vinculada a uma lógica sazonal e relacionado a um trabalho pouco especializado e muitas vezes precarizado, sobretudo durante a colheita da cana-de-açúcar. Segundo Elias (2003), a proletarização do trabalhador agrícola, especialmente com a proliferação do trabalhador que reside na cidade e tem emprego temporário, como a mais devastadora das consequências sociais da marcha de modernização da produção e do consumo da atividade agropecuária na atualidade.

**Figura 8 - Gráfico com o percentual dos ocupados nos setores agropecuário, industrial e serviços, municípios da Microrregião Ceres, GO – 2010**



Fonte: PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano. Acesso em janeiro de 2016.

A cana colhida não pode ser estocada, seu recebimento pela indústria deve ocorrer em até 72 horas após sua colheita, para evitar perda de qualidade pela ação de bactérias e fermentos. A cana colhida há mais de 5 dias geralmente não é aceita pelas indústrias, por isso a produção de etanol a partir da cana ocorre apenas durante 8 meses do ano, quando há oferta de cana (ÚNICA, 2007). Nos outros 4 meses a indústria pára e passa por procedimentos de manutenção (na área industrial) e por plantio, irrigação, controle de pragas, etc. (na área agrícola). Como não há colheita de cana no período da entressafra, as vagas de empregos reduzem muito, ficando empregados somente alguns trabalhadores para a realização desses tratamentos culturais.

Assim, verifica-se nos municípios da microrregião Ceres um relevante percentual de pessoas (com 18 anos ou mais) com baixa escolaridade e vinculados a ocupação informal. É importante destacar que geralmente a informalidade nos empregos relaciona-se a cidades grandes e médias, devido ao quantitativo populacional e ao desemprego estrutural, o que não é a realidade da microrregião Ceres, onde a maioria das cidades enquadra-se na categoria de pequenas cidades. Contudo, como várias cidades da microrregião Ceres estão vinculadas às monoculturas de cana-de-açúcar, verificou-se ao longo dos anos, um processo de êxodo rural, fruto da expropriação dos pequenos e médios produtores rurais para o arrendamento das terras para as usinas, o que faz com que os trabalhadores rurais, quando chegam à cidade, sejam

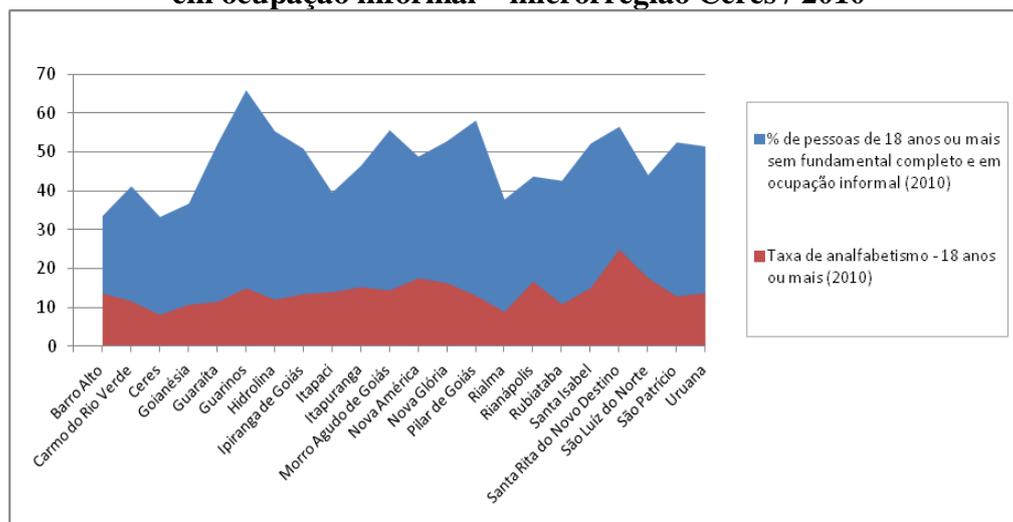
A formação da rede urbana da microrregião Ceres/ GO e o ordenamento territorial pela dinâmica sucroenergética desempregados estruturais, o que aumenta os casos de informalidade para a complementação da renda familiar.

Há também uma alta taxa de analfabetismo na região, que segue uma lógica espacial bastante semelhante ao nível de escolaridade e de ocupação informal, considerando o ano de 2010. Com exceção aos municípios de Ceres e Rialma, todos os demais municípios possuem taxa de analfabetismo maior que a média nacional, ou seja, mais que 10,19% das pessoas com 18 anos ou mais são analfabetas.

Ceres e Rialma representam a centralidade regional em termos de prestação de serviços, o que inclui disponibilidade de escolas, cursos técnicos e cursos superiores (Ceres principalmente, mas como Rialma está conurbada a Ceres, acaba muitas vezes, por refletir a lógica desse município), mesmo com essa característica e os dois municípios apresentando média de analfabetismo inferior a média nacional, considera-se elevada, na atualidade, a taxa de cerca de 8% (as informações de baixa escolaridade, informalidade e analfabetismo podem ser verificadas por meio da figura 9) .

A partir dos dados apresentados, pode-se inferir que a territorialização das usinas canavieiras na microrregião Ceres, contribuiu para a intensificação de alguns processos na rede urbana regional, como **a urbanização**, principalmente com a lógica da capitalização no campo que acaba por expulsar os pequenos e médios produtores para a cidade, sobretudo pela grande quantidade de terras arrendadas para a monocultura da cana-de-açúcar; **a industrialização**, que nesse caso, passa pela agroindustrialização do campo e com reflexo na cidade; além da **desigualdade social**, revelada pelos altos índices de analfabetismo (ainda na atualidade) e da informalidade conjunta ao baixo nível de escolaridade.

**Figura 9: Taxa de analfabetismo e percentual de pessoas sem fundamental completo e em ocupação informal – microrregião Ceres / 2010**



Fonte: PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano. Acesso em janeiro de 2016.

A tabela 4 traz dados que corroboram com a afirmativa acima, por meio dela pode-se verificar a desigualdade social existente na região como um todo, onde todos os municípios pertencentes à microrregião têm mais de 40% da renda apropriada pelos 20% mais ricos. Em alguns municípios a desigualdade é mais acentuada, como nos municípios que possuem usinas (Goianésia, Carmo do Rio Verde, Itapaci, Itapuranga e Rubiataba) e alguns municípios que servem à lógica do agronegócio sucroenergético, por meio da alta produção de cana-de-açúcar para o beneficiamento na usina do município vizinho, como são os casos de Nova Glória, São Patrício e Uruana.

Os municípios de Ceres e Rialma, que têm sua economia baseada nos serviços, também apresentam uma alta concentração de riqueza nas mãos de poucos, nesses municípios há algumas prestadoras de serviços, pequenas e médias empresas, bem como pequenas e médias indústrias, que acabam concentrando a renda, além da presença de muitos médicos e donos de clínicas e hospitais em Ceres, que corresponde a um polo médico regional, como já abordado. A figura 10 mostra a empresa Saborelle, localizada em Rialma, que corresponde a uma distribuidora de produtos alimentícios (sucos, biscoitos, condimentos, achocolatados, dentre outros produtos) de porte médio (no Brasil há 14 empresas Saborelle distribuídas pelo país).

**Tabela 4 - Percentual da Renda Apropriada pelos 20% mais ricos e Percentual de Pobreza Microrregião Ceres / 2010**

Município	Percentual (%) da renda apropriada pelos 20% mais ricos	Percentual (%) de pobres
Barro Alto	49,87	6,44
Carmo do Rio Verde	50,4	7,81
Ceres	58,37	4,43
Goianésia	52,81	4,61
Guaraíta	45,77	14,98
Guarinos	45,94	22,00
Hidrolina	47,16	11,56
Ipiranga de Goiás	47,35	14,96
Itapaci	60,77	8,42
Itapuranga	54,06	8,79
Morro Agudo de Goiás	47,53	11,09
Nova América	42,93	10,91
Nova Glória	52,03	14,49
Pilar de Goiás	57,25	19,75
Rialma	51,08	5,45
Rianópolis	47,49	8,09
Rubiataba	49,52	7,47
Santa Isabel	44,67	8,58
Santa Rita do Novo Destino	47,07	16,14
São Luiz do Norte	44,37	11,15
São Patrício	50,16	9,57
Uruana	51,49	13,89

Fonte: PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano. Acesso em janeiro de 2016.

**Figura 10 - Empresa/Distribuidora Saborelle – Rialma, Goiás**

Foto: Os autores, 2015.

A rede urbana da microrregião Ceres foi ao longo do tempo se reconfigurando a partir de alguns processos e contextos importantes. Dentre eles a implantação das usinas sucroenergéticas e suas demandas contribuíram para a atual estrutura da região e sua reconfiguração territorial. A microrregião Ceres é exemplo latente de como a dinâmica agroindustrial pode contribuir para a atração de elementos básicos que servem ao agronegócio, como agências bancárias, infraestrutura viária, investimentos e arrecadações tributárias, e ao mesmo tempo apresentar desigualdade social, concentração de renda e fragilidade socioeconômica, sobretudo pela maioria da região apresentar certa dependência da atividade sucroenergética, salvo algumas exceções, como abordado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A microrregião Ceres, Goiás, passou ao longo do tempo por diferentes contextos que contribuíram para a reestruturação de sua rede urbana, contando atualmente com a lógica da atividade sucroenergética. Para compreender as alterações na rede urbana dessa região, foi realizada a análise de três REGIC's, com os quais foi possível perceber que mais cidades emergiram na rede urbana da microrregião Ceres, mesmo como hierarquias menores, como os centros locais e os municípios subordinados.

Foi possível observar também a emergência na hierarquia de cidades como Rubiataba, Itapaci e Itapuranga, que juntos a Goianésia, possuem agroindústrias canavieiras em funcionamento na região. Pode-se inferir que o estabelecimento de ligações diretas entre Goianésia, Itapaci, Itapuranga e Rubiataba, com a metrópole Goiânia, está diretamente vinculada também à dinâmica construída pelas agroindústrias sucroenergéticas ao longo do tempo, pois com elas são necessárias cada vez mais articulações político-financeiras, com centros maiores e de hierarquia máxima na rede urbana do estado de Goiás. Assim, municípios que têm sua economia baseada na lógica do agronegócio necessitam estabelecer redes cada vez mais estreitas, com centros comerciais mais desenvolvidos e centros financeiros mais dinâmicos.

Entende-se que a dinâmica sucroenergética tem auxiliado para o aumento da complexidade da rede urbana da microrregião Ceres, pois mesmo a região possuindo um segmento único do agronegócio, tem a necessidade de interconectar-se a outros centros urbanos: seja pela busca de um comércio e prestadoras de serviços mais modernas e

A formação da rede urbana da microrregião Ceres/ GO e o ordenamento territorial pela dinâmica sucroenergética especializadas; seja pelo diálogo financeiro, circulação da produção e comercialização dos produtos; seja, também, pela própria articulação política, por meio do diálogo constante com o Estado, na busca de parcerias, recursos, subsídios, etc. centralizado na Capital Goiânia.

Infere-se portanto que, para que a dinâmica canavieira aconteça é necessária uma rede de cidades articuladas em função da dinâmica sucroenergética, que vai desde a produção de cana-de-açúcar até a comercialização dos produtos finais. Contudo, essa dinamização é ainda muito incipiente e frágil, principalmente quando se observam itens relacionados ao desenvolvimento humano da região.

O discurso do progresso e do desenvolvimento para atrair as usinas e justificar vultosos fomentos é bastante latente. Entretanto, quando se conhece a realidade desses municípios percebe-se que a geração de empregos é sazonal e em sua maioria precarizada; a geração de renda é altamente concentrada; e não há criação de outras empresas e/ou prestadoras de serviços de médio ou grande porte para subsidiar as demandas das usinas (para isso são utilizadas prestadoras de serviços de outras cidades e até outros estados).

Acredita-se que houve um “ordenamento territorial da cana” nessa região, principalmente a partir do contexto do Proálcool e de políticas e programas que incentivaram às agroindústrias canavieiras no Brasil. Na microrregião Ceres, a maioria das usinas em funcionamento são de capital nordestino, muito tradicionais na atividade canavieira brasileira. Esse ordenamento apresenta elementos “velhos” e “novos” que são materializados na paisagem regional, bem como o corte manual e a queima da cana (como velhos elementos) e máquinas modernas e a biotecnologia (como novos elementos) que contribuem para o aumento da produtividade canavieira.

Assim, diante da pesquisa realizada, pode-se concluir que as redes estabelecidas pela atividade sucroenergética na microrregião Ceres são extremamente fragilizadas e dão sempre a impressão de que caso a usina feche, a cidade passará por graves problemas socioeconômicos e terá que se restabelecer com outra atividade econômica.

## REFERÊNCIAS

CORRÊA, R. L. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. **Estudos sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

ELIAS, D. **Globalização e Agricultura: A Região de Ribeirão Preto-SP**. São Paulo: EDUSP, 2003.

EGLER, C. A. G. A Formação da Rede de Cidades na América do Sul. In: **IX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia** (Enanpege). Anais. Goiânia, 2011.

EGLER, C. A. G.; MENDES, C. C.; FURTADO, B. A.; PEREIRA, R. H. M. Bases Conceituais da Rede Urbana Brasileira: análise dos estudos de referência. In: Pereira, R. H. M.; Furtado, B. A. (Orgs). **Dinâmica Urbano-Regional: rede urbana e suas interfaces**. Brasília: IPEA, 2011.

ESTEVAM, L. **Tempo da transformação: estrutura e dinâmica econômica de Goiás**. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

FERREIRA, I. M.; MENDES, E. P. P. In: **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária** (Anais), São Paulo, 2009.

FREITAS, E. P.; ROSSINI, R. E.; QUEIRÓS, M. O Poder das Empresas Transnacionais sobre o Território Brasileiro. Reflexões a Partir do Sector Sucroenergético. In: **XIII Colóquio Internacional de Geocrítica: El control del espacio y los espacios de control** Barcelona, 2014.

FRESCA, T. M. Rede Urbana e Divisão Territorial do Trabalho. In: **Revista Geografia** (Londrina) v. 19 n. 2, 2010.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em [www.ibge.com.br](http://www.ibge.com.br), acesso em julho de 2015.

IMB. Instituto Mauro Borges / Secretaria de Estado de Gestão de Planejamento de Goiás. **Perfil dos municípios goianos**. Disponível em <http://www.imb.go.gov.br/>. Acesso em julho de 2014.

MARTINS, J. S. **Fronteira: A Degradação do Outro nos confins do Humano**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MARQUES, M. I. M. O Conceito de Espaço Rural em Questão. In: **Revista Terra Livre** (São Paulo) Ano 18, n. 19, 2002.

MATIAS, V. R.S.; CARMO, A.M.R. Dinâmica Territorial da Rede de Agências Bancárias da Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: **Revista Caminhos de Geografia** (Uberlândia) v. 13, n. 42, 2012.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Disponível em [www.pnud.org.br/atlas](http://www.pnud.org.br/atlas). Acesso em janeiro de 2016.

REGIC. **Região de Influência das Cidades** (1978). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1987.

\_\_\_\_\_. **Região de Influência das Cidades** (1993). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2000.

\_\_\_\_\_. **Região de Influência das Cidades** (2007). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2008.

SILVA, C. A. F. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton. et al. (Org.) **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina. 2007.

SOARES, B. R. & BESSA, K. C. F. O. As novas redes do cerrado e a realidade urbana brasileira. In: **Boletim Goiano de Geografia** (Goiânia), v. 19 n. 2, Ed. UFG, 1999.

ÚNICA. (UNIÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR). **Produção e uso do etanol combustível no Brasil**. São Paulo, 2007.

VILLA VERDE, V. **Territórios, Ruralidade e Desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES, 2004.

## **Autores**

---

**Lara Cristine Gomes Ferreira** – Possui Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e é Doutoranda em Geografia pela Universidade de Brasília (UNB). Atualmente é Geógrafa do Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais, LABOTER - IESA/UFG.

**Fernando Luiz Araújo Sobrinho** – Possui Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Mestrado em Arquitetura e Urbanismo Pela Universidade de Brasília (UNB) e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Atualmente é professor da Universidade de Brasília (UNB), Departamento de Geografia, GEA.

---

**Artigo recebido em: 08 de maio de 2016**

**Artigo aceito em: 01 de junho de 2016**